

JUSTIÇA

Hotéis Manta e Tourist vão a leilão em outubro em Pelotas

Gabrieli Silva, especial
gabrielis@jcrs.com.br

Os prédios dos antigos Hotel Manta e do Tourist Parque Hotel, em Pelotas, no Sul do Estado, serão levados a leilão em outubro, em um processo que pode começar a transformar o patrimônio das empresas falidas em recursos para o pagamento dos credores. As primeiras praças estão marcadas para os dias 14, 21 e 28 de outubro. Ainda não é possível estimar quanto será arrecadado nem qual parcela das dívidas poderá ser recuperada. Isso dependerá dos valores dos lances e da conclusão da relação de credores.

O Hotel Manta, na rua General Neto, no Centro de Pelotas, está avaliado em aproximadamente R\$ 18 milhões. Já o Tourist Parque Hotel, na BR-116, tem avaliação de cerca de R\$ 9,3 milhões. Os dois empreendimentos serão colocados à venda na mesma data, conforme o leiloeiro Giancarlo Menegotto.

A primeira praça ocorre pelo valor de avaliação ou acima dele. Caso não haja venda, os imóveis seguem para a segunda etapa, quando poderão receber lances a partir de 50% da avaliação (R\$ 9 milhões e R\$ 4,650 milhões, respectivamente), segundo a explicação do leiloeiro. Na terceira praça, a legislação permite a venda por qualquer valor. O resultado de cada etapa terá impacto direto sobre os credores: quanto maior for o valor obtido, maior tende a



Avaliação para os dois prédios ultrapassa os R\$ 27 milhões; após o arremate, valores serão depositados em uma conta judicial

ser o montante disponível para a recuperação das dívidas.

Segundo Menegotto, há procura pelos imóveis e contatos de potenciais interessados, embora ainda não seja possível saber quantos efetivamente participaram do leilão. A divulgação busca alcançar investidores de Pelotas e de outras regiões, inclusive fora do estado e em países como Uruguai e Argentina.

“Estamos vendendo o hotel de porteira fechada, com os bens internos arrecadados”, afirma Menegotto. No caso do Tourist Parque Hotel, são cerca de sete

hectares de área, além da estrutura construída. O Manta, por outro lado, foi lacrado pela Justiça em agosto, depois que o Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas decretou a falência das empresas do grupo.

O processo começou como recuperação judicial, em 2025, mas terminou convertido em falência depois que os credores rejeitaram o plano apresentado pelas empresas em assembleia realizada em abril. A unidade do Manta era a única do

grupo ainda em funcionamento e, segundo a decisão judicial divulgada à época, apresentava queda na ocupação e faturamento insuficiente para manter a operação e pagar as dívidas.

A venda dos imóveis não significa que os credores receberão o dinheiro imediatamente. Após o arremate, os valores serão depositados em conta judicial e permanecerão vinculados ao processo até que a administração judicial conclua a

apuração dos créditos e a definição da ordem de pagamento.

De acordo com Germano Von Santiél, sócio da Von Santiél Administração Judicial, que administra a massa falida de ambos os hotéis, uma segunda relação de credores já foi apresentada, mas o quadro ainda não está consolidado. Entre os pontos pendentes estão a atualização dos créditos da União, do Estado e do município de Pelotas, além de processos trabalhistas ainda em andamento.

No relatório referente aos primeiros meses de 2026, a administração judicial havia apontado R\$ 5,7 milhões em dívidas sujeitas à recuperação judicial, sendo 43% de origem trabalhista. O documento também registrava R\$ 26,5 milhões em passivos tributários e cerca de R\$ 22,1 milhões em passivo contingente relacionado a processos judiciais. Esses valores, entretanto, não representam necessariamente o montante que será distribuído aos credores na falência, segundo Von Santiél.

A legislação estabelece uma ordem de preferência para os pagamentos, mas a posição definitiva de cada crédito depende da classificação no processo. Os créditos trabalhistas estão entre os prioritários, observados os limites legais.

Para participar, é necessário realizar cadastro prévio na plataforma Peterlongo Leilões, enviar documentação exigida e ter a inscrição aprovada com antecedência.

TRABALHO

Asun projeta até 1,2 mil contratações para lojas do Litoral Norte do RS

João Dienstmann
redacao@jornalcidades.com.br

Depois de anunciar em agosto a abertura de três novas lojas no Litoral Norte gaúcho, o Asun começa a detalhar algumas novidades das unidades. Em Torres, a unidade ficará na rua José Bonifácio, ao lado da antiga rodoviária da cidade e onde ficava o Nacional. De acordo com informações da rede, a previsão é de que a abertura das três lojas ocorra primeira quinzena de dezembro, e a rede projeta diferenciais aos clientes.

Para as três unidades serão, em média, 400 contratações. No verão,

a estimativa é de mais 800 vagas entre temporárias e fixas na rede, a fim de reforçar o atendimento no período. O processo seletivo já foi iniciado e as vagas estão disponíveis pela internet (asun.pandape.com.br).

Além de Torres, as outras duas unidades ficam em Capão da Canoa - na avenida Paraguassu - e em Tramandaí - na avenida Emancipação. As novas unidades combinam layout moderno e infraestrutura diferenciada, com destaque para adega, área de produtos saudáveis, mix ampliado de pets e bazar, além de uma seleção especial de produtos importados.

Uma questão importante para a rede nas unidades do Litoral Norte é a redução na altura das gôndolas, proporcionando maior amplitude visual. A ideia é ambiente mais moderno, confortável e convidativo, favorecendo a permanência do cliente na loja.

Além disso, as unidades irão oferecer refeições prontas aos clientes, tanto para café da manhã, almoço e jantar. Nas lojas de Capão da Canoa e Torres, mesas serão instaladas para quem deseja fazer a refeição no próprio local. Já as unidades de Torres e Tramandaí, haverá serviço de lavanderia.



Em Torres, faixas indicam a abertura da nova unidade onde ficava o antigo Nacional